

Gênero e Escrita

Juliana H. G. Leal¹

Pero el dos no ha sido nunca un número
porque es una angustia y su sombra.²

Federico García Lorca

Resumo: Este artigo objetiva discutir a validade da relação entre gênero e escrita a partir da problematização do conceito de “feminização da escrita” elaborado pela teórica Nelly Richard.

Palavras-chave: gênero e escrita, literatura de mulheres, “feminização da escrita”, sexo da escrita, escrita feminina.

Abstract: The objective of this article is to discuss the validity of the relation between gender and writing through the problematization of the concept of "feminisation of writing" created by the theorist Nelly Richard.

Keywords: gender and writing, women's literature, "feminisation of writing," writing's sex, female writing.

No presente trabalho, refletirei acerca do conceito de *gênero* e sua interferência nas construções e representações simbólico-textuais. Para tanto, tomarei como ponto de partida as análises dessa relação presentes no texto “A escrita tem sexo?” de Nelly Richard (2002), objetivando fazer um levantamento dos pontos positivos e/ou contradições em suas teorizações, para então, a partir dessa discussão, apresentar proposições teóricas que possam trazer uma contribuição outra ao debate sobre a relação entre gênero e escrita. Realizarei isso, apoiando-me nas reflexões que os autores Homi Bhabha e Stuart Hall, respectivamente, constróem sobre questões como a distinção entre *diferença cultural / diversidade cultural*, *espaço liminar* e *Terceiro Espaço* em *O local da cultura* (2003), bem como *celebração móvel* em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2004) e *negociação* em *Da diáspora* (2003).

Discutirei até que ponto as definições sobre a existência de um *sexo da escrita*, que levam alguns teóricos a limitarem e simplificarem o processo criativo a uma mera identificação biológica entre o sujeito que cria e os conteúdos artísticos desenvolvidos no texto literário, podem ser de fato sustentadas quando as conceituações de *gênero* são discutidas em um plano paralelo ao de questões como *cultura* e *identidade*. Conceitos estes que funcionam e se definem em meio a uma multiplicidade constitutiva, advinda da existência de conflitos, convergências, acordos, aceitação e dissonâncias concernentes aos pactos sociais, culturais, sexuais, etc., travados entre os diferentes indivíduos.

¹ Professora de Língua Portuguesa e Língua Espanhola. Mestranda do Programa de Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

² Versos do poema “Pequeno poema infinito” de Federico García Lorca. Tradução livre: “mas o dois nunca foi um número porque é uma angústia e sua sombra.”

Questiono o fato de que, se estas últimas conceituações - *cultura* e *identidade* - são entendidas como conceitos não fechados e pré-determinados, portanto, não definitivos, não poderíamos, do mesmo modo, refletir a respeito do *gênero* como uma noção igualmente não fechada em si mesma, já que também é “aspecto” concernente à constituição/construção da chamada *identidade* dos sujeitos sociais? Afinal, compreendo que o sujeito social não deve, nem pode se “definir/construir” tão somente a partir de relações e trocas de natureza cultural, social, histórica ou política, mas também (e porque não?) através da complexidade das diferentes e várias relações corporais e sexuais às que se propõe ao longo de sua vida. Relações estas que “definirão”/constituirão, de modo não definitivo, portanto sempre aberto a possíveis mudanças, o que chamamos de *gênero*.

Parto do princípio de que se nossas *identidades* não são unidades fixas, pois estão sempre em *negociação* (HALL, 2003, p. 346), seria(m) o(s) nosso(s) gênero(s) delimitado(s) a partir de apenas um par de categorias essencialmente opostas e contraditórias? Seria(m) ele(s) absolutamente estável(is) e determinado(s) a ponto de conseguirmos identificar e especificar características comportamentais, de estilo, de maneira de ver a vida, etc., singulares e distintas, atinentes a cada um dos pólos desse binômio: feminino/masculino, identificando-as simbolicamente em marcas que se concretizam de modo fiel e determinante nas malhas do texto? Se sou um sujeito cuja identidade se constrói *na* e *pela* contradição, sendo, dessa maneira, uma entidade não determinada *ad eternum*, não seria também questionável rotular a existência de uma caracterização de gênero única, específica e delimitada para uma produção artístico-literária? Não seria mais coerente e proveitoso, nesse sentido, discorrer sobre a relação entre escrita e gênero a partir da lógica de um *devoir* (DELEUZE, 1996, p. 18) ou da lógica da *negociação*, de tal maneira que pudéssemos permitir que as subjetividades literárias tivessem um espaço de atuação abrangente e múltiplo o suficiente para não serem vinculadas a uma identificação reducionista a que tentássemos encerrá-las, sob o jugo do cárcere das particularidades biológicas?

Tentar definir com exatidão o campo específico de domínio e atuação do gênero, nesse sentido, quando compreendido a partir da idéia de uma “não correspondência de relações [...] tampouco [de] uma semelhança, uma imitação [...] uma identificação.” (DELEUZE, 1997, p. 18) é contemplar a possibilidade da existência de uma mobilidade constante, um fluxo contínuo nas correspondências entre gênero e conteúdos literários. Esse princípio nos conduziria a admitir o raciocínio de que a palavra escrita pode ou não, se assim o pretender o sujeito escritural, se desterritorializar do lugar de enunciação sexual do *eu* biográfico ou, ainda, da identidade sexual desse eu. Pensado nesses termos, compreenderíamos as relações entre escrita e gênero através de uma perspectiva performático-simbólica das identidades sexuais, na qual estivesse subjacente um jogo ininterrupto, dialético e ambíguo de vozes e de *eus* amparado não só pela fluidez, movimentação e *continuum* de estratégias e táticas escriturais postas em ação, intencionalmente ou não, na materialidade literária, mas por esse caráter poroso, maleável e volátil da constituição do gênero, pois:

Estamos constantemente em negociação, não como um único conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros, mas com uma série de posições diferentes. Cada uma delas tem para nós o seu ponto de profunda identificação subjetiva. Essa é a questão mais difícil da proliferação nos campos das identidades e antagonismos: elas frequentemente se deslocam entre si.³ (HALL, 2003, p. 346)

Na primeira página do artigo “A escrita tem sexo?”, Nelly Richard parte do princípio de que é o “gênero sexual [um] local de desafio e questionamento das hegemonias

³ HALL, 2003, p. 346.

discursivas” (RICHARD, 2002, p. 127), o que suscita algumas indagações: ao tomarmos o gênero como desafio das hegemonias discursivas, como afirma a teórica, não estaríamos de alguma maneira fixando conceitualmente as possibilidades de representação do feminino ou do masculino? Não estaríamos definindo previamente marcas específicas e determinadas da escrita de mulheres ou de homens, e assim voltando, através de um processo de regressão, às categorizações que se relacionam com o binarismo: homem/mulher, com a angústia e a sombra do número dois a que faz menção Lorca na epígrafe deste trabalho? Não estaríamos considerando como sinônimos os conceitos *literatura de mulheres* e *escrita feminina*?

Não obstante, no mesmo texto, a autora divide com o leitor sua dúvida quanto à existência ou não de “certas caracterizações de gênero e quais delas poderiam tipificar uma *escrita feminina*” (RICHARD, 2002, p. 129). Isso me faz supor que a relação entre gênero e escrita parece não possuir ainda uma teorização clara – inclusive porque o título de seu artigo nada mais é do que uma pergunta – e que seu texto teria como propósito principal, neste sentido, a investigação e levantamento de reflexões teóricas acerca do tema para um posterior posicionamento particular a seu respeito.

Após fazer uma pequena exposição sobre o tratamento realista que é dado à literatura de mulheres por certas críticas literárias feministas, denominando-o como concepção “naturalista do texto”; e por afirmar, posteriormente a essa exposição, que “*identidade e representação* se juntam e se separam, no transcurso do texto, sob a pressão do dispositivo de remodelagem lingüístico-simbólica da escrita” (RICHARD, 2002, p. 130), a autora parece nos fazer crer que possui um posicionamento contrário a qualquer tipo de tipificação temático-formal que supostamente caracterizasse as representações simbólico-textuais de escritoras mulheres.

Diante dos vários apontamentos que realiza Richard sobre o tema, percebo a existência de dois movimentos teóricos absolutamente díspares. Ao mesmo tempo que ela considera importante identificar um marco textual específico, influenciado e determinado pelas diferenças genérico-sexuais – que denomina como sendo “um local de desafio e questionamento das hegemonias discursivas” (RICHARD, 2002, p. 127), assume francamente que no jogo de representações textuais está presente uma força, uma pressão que afasta e aproxima as categorias simbólicas das categorias genérico-sexuais, ao refletir sobre a possibilidade de uma *travessia simbólica*, quando considera que:

a linguagem criativa, a textualidade poética são espaços de deslocamentos e transferências do “eu”, que excedem o realismo biográfico-sexual do ser “homem” ou “mulher”, para remodelar, incessantemente, as fronteiras da subjetividade cultural? (RICHARD, 2003, p. 132)

Entendendo o *gênero* a partir dessa última reflexão, Richard parece concordar com Jane Flax - quando define o mesmo conceito através de um conjunto de relações que entram em qualquer aspecto da experiência humana – fazendo-nos concluir, desse modo, que não poderíamos, nem deveríamos restringi-lo a tão somente um dos lados ou um dos sentidos dessa relação:

[...] a experiência de relações de gênero para qualquer pessoa e a estrutura de gênero como uma categoria social são formadas pelas interações de relações de gênero e outras relações sociais, como as de classe e raça. As relações de gênero não têm, assim, essência fixada; variam tanto dentro do tempo quanto além dele. (FLAX, 1992, p. 221)

Entretanto, ao expor que *gênero* também é um “local de questionamento das hegemonias discursivas” – entendendo-o como contestação do discurso masculino e paternalista – ela estaria, no meu ponto de vista, implodindo, ao invés de reforçando, o pilar

relacional sobre o qual o conceito é construído, restringindo-o a um propósito unilateral de contra-ataque de um grupo de indivíduos, obviamente mulheres, às produções literárias produzidas por homens. Creio que reduzir a qualidade simbólica das produções artísticas, cujos sujeitos biográficos são mulheres, a uma mera luta de sexos seria banalizar por demais o processo criativo, desconsiderando a complexidade das redes discursiva, simbólica e lingüística que um texto bem elaborado é capaz de conter. *Gênero*, a partir dessa lógica, estaria fadado a significar – exclusivamente – algo sinônimo ao termo *mulher* ou ao termo *feminino*.

Em outro momento de seu artigo, Nelly Richard admite que “afirmar que a linguagem e a escrita são in-diferentes à diferença genérico-sexual (que não existe diferença entre o masculino e o feminino), equivale a reforçar o poder estabelecido” (RICHARD, 2002, p.131), mas acrescenta, em seguida, a informação de que o *feminino* e o *masculino* são forças que se relacionam tensionalmente através de um processo de *travessia simbólica*. A partir desse ponto, e depois de se deslocar entre essas duas maneiras, ideologicamente contraditórias, de apresentar o conceito de gênero, a autora apresentará uma proposição teórica particular:

Mais do que da escrita feminina, conviria, então, falar – qualquer que seja o gênero sexual do sujeito biográfico que assina o texto – de uma ***feminização da escrita: feminização que se produz a cada vez que uma poética, ou uma erótica do signo, extravasa o marco de retenção/contenção da significação masculina*** com seus excedentes rebeldes (corpo, libido, gozo, heterogeneidade, multiplicidade), **para desregular a tese do discurso majoritário**. Qualquer literatura que se pratique como *dissidência da identidade*, a respeito do formato regulamentar da cultura masculino-paterna, assim como qualquer escrita que se faça cúmplice da ritmicidade transgressora do feminino-pulsátil, levaria o coeficiente minoritário e subversivo (contradominante) do “feminino”. **Qualquer escrita, pronta para alterar as pautas da discursividade masculina/hegemônica**, compartilharia o “devir-minoritário” (Deleuze-Guattari) de um feminino que opera como paradigma de desterritorialização dos regimes de poder e captura da identidade, normatizada e centralizada pela cultura oficial. (RICHARD, 2002, p. 133) (grifos meus)

Ao propor o termo *feminização da escrita*, ainda que sem se restringir a uma relação intrínseca com o sexo do autor biográfico, Richard parece retomar aquela visão que categoriza certas marcas textuais ou discursivas como pertencentes a uma natureza genérica específica - separando, ao invés de ampliar, reforçando, ao invés de implodir, com os antagonismos conceituais – ao admitir que seria um processo *feminilizante* toda a escrita que rompesse com o discurso hegemônico. Ora, se esse processo de *feminização da escrita* nada tem a ver com o sexo ou *gênero* do escritor, qual seria então a razão de nomeá-lo usando um significante que nos remete, irremediavelmente, aos binômios *feminino/masculino* – *homem/mulher*?

É diante dessa proposição apresentada por Richard que gostaria de refletir sobre uma maneira distinta de ler o conceito de *gênero*, a partir de uma discussão paralela com outros conceitos teóricos, explicitados no início deste artigo. A saber:

O conceito de diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em *nome* de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida apenas no momento da diferenciação. (BHABHA, 2003, p. 64) (grifo do autor)

A informação crucial apresentada pela proposição de Bhabha, acima transcrita, acerca da distinção entre os conceitos de *diferença cultural* e *diversidade cultural*, pode nos remeter de algum modo à fragilidade das identificações ou rotulações de produções literárias como pertencentes a um *gênero* específico ou dominante: *feminino* ou *masculino*. Para Bhabha, à utilização do termo “diferença”, que produz e delimita antagonismos, subjaz necessariamente um princípio de “autoridade”, isto é, de juízos de valor entre um e outro pólo antagônico, visão esta que provavelmente inexistiria se considerássemos a cultura como sendo *diversa* e não apenas como *diferente*.

Amparados a esse raciocínio, creio que abordar a questão do *gênero* através de uma identificação conceitual que parte da noção de *diferenciação* ao invés da de *diversidade* não é procedimento coerente e suficiente para dar conta das ambigüidades de vozes, dos *devires* literários e da complexidade genérica – construída propositalmente ou não – presentes na “travessia simbólica da escrita” (RICHARD, 2002, p. 132).

Partir da idéia do *Terceiro Espaço*, conceito também desenvolvido por Homi Bhabha, talvez nos permita desfazer as polarizações criadas para o termo *gênero*, visto que nos leva a pensar em um “lugar”, um “espaço” no qual possam ser destruídas tentativas de enclausuramento das possibilidades de materialização simbólico-textuais, qualquer que fosse o sujeito biográfico da criação: “[...] ao explorar esse *Terceiro Espaço*, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos.” (BHABHA, 2003, p. 69):

O pacto da interpretação nunca é simplesmente um ato de comunicação entre o Eu e o Você designados no enunciado. **A produção de sentido requer que esses dois lugares sejam mobilizados na passagem por um Terceiro Espaço**, que representa tanto as condições gerais da linguagem quanto a implicação específica do enunciado em uma estratégia performativa e institucional da qual ela não pode, em si, ter consciência. (BHABHA, 2003, p. 66) (grifo meu)

Um “espaço”, tal como o *espaço liminar*, também proposto por Bhabha, no qual ocorresse a concretização de um fluxo intenso de deslocamentos nas pretensas identificações de *gênero* ou de sexo da escritura. Um “lugar”, ou melhor, um *entre-lugar*⁴ (SANTIAGO, 2000, p. 21) a partir do qual houvesse uma mobilidade constante – através de uma *passagem intersticial* – no modo de se textualizar temáticas, definindo um movimento não retilíneo e, definitivamente, não transparente, que impossibilitaria qualquer tentativa de se reduzir o texto a um mero reflexo do sexo do sujeito que o produz:

O poço da escada como espaço liminar, situado no meio das designações de identidade, transforma-se no processo de interação simbólica, o tecido de ligação que constrói a diferença entre superior e inferior, negro e branco. O ir e vir do poço da escada, o movimento temporal e a passagem que ele propicia, evita que as identidades a cada extremidade dele se estabeleçam em polaridades primordiais. Essa passagem intersticial entre identificações fixas abre a possibilidade de um hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia suposta ou imposta. (BHABHA, 2003, p. 22)

⁴ Conceito teórico proposto por Silviano Santiago no capítulo *O entre-lugar do discurso latino-americano*, do livro *Uma literatura nos trópicos*. Essa noção trata de refletir sobre o lugar que deveria ocupar o discurso literário latino-americano frente ao europeu. Sugere o autor que esse lugar deveria estar vinculado a um movimento de agressão e questionamento do modelo *original* eurocêntrico, tido como superior, através da realização de uma “escritura *sobre* outra escritura” (p. 21) capaz de inverter valores e estabelecer a diferença como valor único.

Stuart Hall reflete sobre esse deslocamento ou descentração dos sujeitos a partir da discussão que faz sobre as mudanças pelas quais as sociedades modernas passaram no final do século XX, mudanças que, conforme ele, fragmentaram noções como classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade (HALL, 2004, p. 9). Hall entende que, por ser o sujeito pós-moderno um indivíduo cuja identidade não é uma determinação fixa, essencial ou permanente, sua identidade deveria ser compreendida a partir de uma *celebração móvel*:

[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. **O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos**, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. **Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.** (HALL, 2004, p. 13) (grifos meus)

Partindo desses conceitos permito-me fazer, então, uma correção, para desfazer esse binarismo que circunda as reflexões sobre *gênero*, na proposta de *feminização da escrita* apresentada por Nelly Richard.

Diante da idéia de um *terceiro espaço* ou *espaço liminar*, frente ao qual fossem eliminados os antagonismos que sujeitassem as identificações textuais a se relacionarem com a anatomia dos sujeitos biográficos, uma vez que partimos da noção de que o *gênero* é uma construção não fixada e que se dá histórica e culturalmente na relação com o *outro*, poderíamos repensar esse processo não como um processo de *feminização da escrita*, mas como um movimento *transgenérico da escrita*⁵. Conceito este que se baseasse na *celebração móvel* a qual se referia Stuart Hall, ao partir do princípio de que são os sujeitos seres “incompletos” e susceptíveis a mudanças no que concerne tanto à sua *cultura* e *identidade*, como também o seu *gênero*. Um conceito que, sustentado por esse prefixo *trans-*, contemplasse a possibilidade da liberdade de uma movimentação contínua entre as infinitas possibilidades de representação textual – tal como em um *ritual antropológico* de escrita a que fez menção Silviano Santiago (SANTIAGO, 2000, p. 26) - que rompesse com criterizações de locais de *gênero* vinculados ao sexo, desfazendo assim determinações biológicas para a escrita literária. Um *trans-* que permitisse que a escrita se baseasse em um processo assexuado, ou melhor, transexuado, fundamentado a partir da idéia da existência de um “travestismo discursivo”⁶ (WIGOZKI, s/d, p. 3) da letra. E que nesse *terceiro espaço* (móvel, diverso, ambíguo, *trans-*) fosse possível a concretização de uma escrita rica pela multiplicidade de recursos textuais, simbólicos, discursivos e lingüísticos, definitivamente não atribuídos e vinculados às capacidades e/ou limitações imaginativas e criativas que possuem machos e fêmeas, separadamente. Mas que fossem, ao contrário, medidos pelas habilidades ou precariedades dos escritores quanto ao manuseio desses recursos textuais.

Utilizo, portanto, o prefixo *trans-* para marcar uma passagem – para ressaltar esse *dever* simbólico-genérico da escrita, essas performances do gênero na espacialidade literária. Um “além de”, um lugar não fixo que se afasta das identificações essencialistas e naturalistas da linguagem, já que entender a subversão do discurso hegemônico patriarcal nas representações escritas como um processo de natureza *feminina* ou *feminilizante*, seria, do mesmo modo, encerrar as representações simbólico-textuais dentro de um âmbito restrito e

⁵ A denominação desse conceito provém de uma releitura do conceito *transgênero performático* elaborado por Graciela Ravetti (2003).

⁶ Esse conceito se sustenta no fato de que o sujeito travesti funciona como uma performance do gênero, uma vez que não se situa nem em uma localidade feminina, nem em uma masculina, mas se define no *dever* entre essas duas identidades sexuais.

limitado, indo na direção contrária das definições que entendem o *gênero* como um fluxo, uma construção que se dá na relação com o *outro*. Porque se partimos de binômios como *homem/mulher*, *feminino/masculino*, ou ainda afirmar a existência de um processo de *feminização da escrita* estaremos segregando ainda mais o conceito de *gênero* ao admitir que certas marcas discursivas, certas temáticas pertencem apenas ao domínio do *feminino* ou do *masculino*, restringindo o campo de possibilidades e de uso de estratégias de linguagem de um ou de outro “ser”.

Abstract: The objective of this article is to discuss the validity of the relation between gender and writing through the problematization of the concept of "feminisation of writing" created by the theorist Nelly Richard.

Keywords: gender and writing, women's literature, "feminisation of writing," writing's sex, female writing.

Referências:

BHABHA, Homi K.. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível*. In: _____. *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 4. p. 11-113.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 217-250.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

RAVETTI, Graciela. *O corpo na letra: o transgênero performático*. In: CARREIRA, André *et alli* (orgs.). *Mediações performáticas latino-americanas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2003.

RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

WIGOZKI, Karina. *El discurso travesti o el travestismo discursivo en “La esquina es mi corazón: crónica urbana”* de Pedro Lemebel. Disponible em <<http://www.class.uh.edu/mcl/faculty/zimmerman/lacasa/Estudios%20Culturales%20Articles/Karina%20Wigozki.pdf>>. Acesso em 26/10/2006.